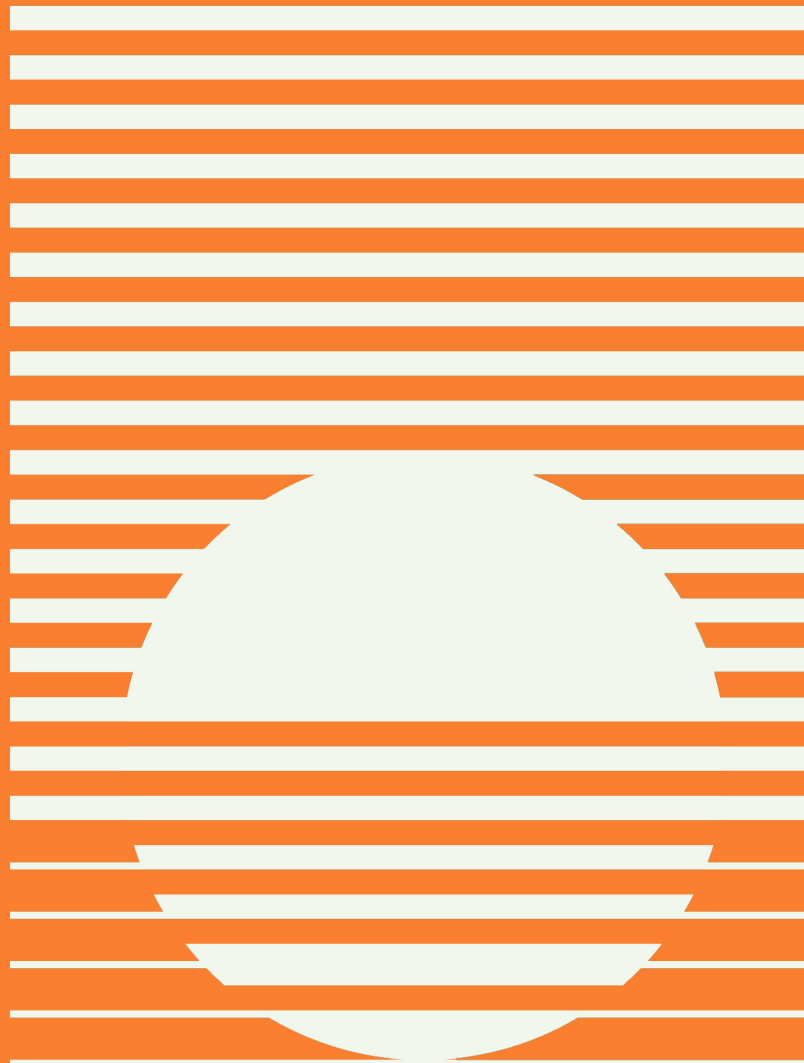


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL



11  
2017

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Bruna Soares Aguiar

**Editor Adjunto:** Hugo Bras Martins da Costa

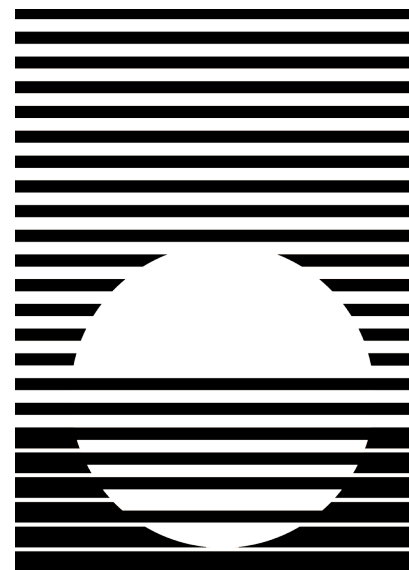
**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Timóteo Saba M'bunde.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Denúncias de assédio nas chancelarias brasileira e boliviana  
Fim da suspensão brasileira ao comércio de lácteos uruguaios  
Centro de Excelência Contra a Fome completa seis anos

### **Página 05**

Primeiro turno das eleições presidenciais no Chile  
Os partidos políticos e a aprovação da Jurisdição Especial para a Paz na Colômbia

### **Página 06**

Dívida Externa da Venezuela e fuga de opositor preso agravam crise no país  
União Europeia avança em acordos comerciais estratégicos com a América do Sul  
Empresas de mídia no centro de impasse diplomático

### **Página 07**

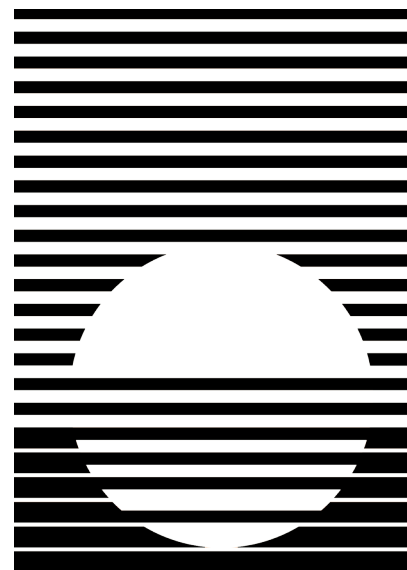
Turquia, Rússia e Irã discutem saída diplomática para conflito sírio  
Turquia sedia a Exposição Global sobre Cooperação Sul-Sul

### **Página 08**

Cazaquistão realiza Simpósio sobre a Cooperação e o Desenvolvimento com a África  
Em meio ao avanço conservador global, COP23 atinge vitórias modestas  
Defensores de direitos humanos e minorias ameaçadas

### **Página 09**

Venda de migrantes como escravos na Líbia  
A desigualdade de gênero no mundo



## Denúncias de assédio nas chancelarias brasileira e boliviana

Em novembro, repercutiram na mídia denúncias de assédio nas chancelarias brasileira e boliviana. No Brasil, o caso envolve o embaixador João Carlos Souza-Gomes, acusado de assédio moral e sexual. Gomes atuava como chefe da delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma. No dia 10 de novembro, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) abriu um processo disciplinar e afastou o embaixador por 60 dias. Em depoimento concedido à Folha de S. Paulo, a embaixadora Sonia Guimarães Gomes, diretora do Departamento de Administração do Itamaraty e coordenadora do Comitê de Gênero e Raça, comentou que a denúncia “é um avanço, porque, antes, por espírito de corpo, os diplomatas não queriam ver os casos de assédio expostos; agora parece que entenderam que sanear a instituição é mais importante do que o espírito de corpo”. No dia 14 de novembro, o MRE publicou uma portaria determinando a criação de uma comissão de prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação. O objetivo da comissão é funcionar como um canal de denúncias, promover políticas de prevenção e combate ao assédio e dar assistência psicológica às vítimas. Na Bolívia, María Luisa Ramos, vice-chanceler, renunciou ao cargo no dia 15 de novembro, após denúncias que a acusam de maltrato e discriminação. Ramos fez uma publicação em uma rede social na qual fala sobre sua militância e seu rechaço à misoginia, mas não detalhou os motivos que levaram à sua renúncia, limitando-se a declarar que é assunto interno da chancelaria e do governo boliviano.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 13/11/2017; [La Razón](#), 15/11/2017; [La Razón](#), 16/11/2017; [El Deber](#), 17/11/2017; [Folha de S. Paulo](#), 18/11/2017; [Folha de S. Paulo](#), 18/11/2017.

## Fim da suspensão brasileira ao comércio de lácteos uruguaios

Neste mês de novembro, a imprensa do Uruguai repercutiu o fim da proibição da importação de produtos lácteos uruguaios pelo Brasil. Em outubro, os jornais já haviam dado grande destaque a esse impasse nas relações comerciais entre os dois países. O bloqueio foi determinado por Blairo Maggi, ministro de Agricultura do Brasil, cuja intenção era estabelecer uma cota de importação. medida teve início em 12 de outubro, e os governos de ambos os países iniciaram negociações

para tentar resolver a situação. Na visão do ministro Maggi, o Uruguai estava triangulando o comércio de lácteos com o Brasil. O governo uruguaio explicou que a triangulação de comércio consistiu, na verdade, na venda adicional de produtos lácteos ao Brasil em 2016, e que eram um excedente de um acordo de venda que havia sido feita à Venezuela, a qual, no entanto, não concluiu a compra. No dia 03 de novembro, o presidente do Brasil, Michel Temer, garantiu ao seu homólogo uruguaio, Tabaré Vázquez, que a proibição seria suspensa. A situação foi finalmente resolvida em 06 de novembro, quando o Brasil terminou com a suspensão dos produtos uruguaios. O sítio eletrônico da Presidência da República do Uruguai destacou a fala do ministro da Agricultura uruguaio, Tabaré Aguerre, que anunciou que as licenças de importação já estavam sendo emitidas normalmente. No mesmo dia, o Ministério de Relações Exteriores do Uruguai também soltou um comunicado oficial informando que o comércio de lácteos com o Brasil fora normalizado.

Fontes: [El Observador](#), 03/11/2017; [El País](#), 03/11/2017; [El Observador](#), 03/11/2017; [Ministério das Relações Exteriores do Uruguai](#), 06/11/2017; [El Observador](#), 06/11/2017; [El País](#), 06/11/2017; [Presidência da República do Uruguai](#), 06/11/2017; [República](#), 07/11/2017.

## Centro de Excelência Contra a Fome completa seis anos

O Centro de Excelência Contra a Fome celebrou no início do mês de novembro seu 6º aniversário no Brasil. Essa entidade resultou de uma parceria entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. O Centro foi criado com o objetivo de apoiar governos na África, Ásia e América Latina no desenvolvimento de soluções sustentáveis contra a fome. Durante esse período, foram realizadas iniciativas em 50 países, em temas variados, como segurança alimentar, nutrição e proteção social. De acordo com a avaliação de impacto feita por um consórcio de organizações independentes, o Centro contribuiu para o maior reconhecimento quanto à relevância de alimentação escolar para a promoção do desenvolvimento sustentável no mundo. A pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul e pela Move Social, se debruçou também sobre as perspectivas em relação ao trabalho da organização em 28 países que recebem assistência técnica continuada. Para isso, foram feitas entrevistas com 66 atores nacionais e internacionais (organizações sociais beneficiárias e entidades doadoras

diversas, respectivamente). Dos entrevistados, 71% de entidades mencionaram aumento na compra de alimentos produzidos localmente desde o início da parceria com o Centro, para uso na alimentação escolar. Além disso, todos os entrevistados consideraram que os intercâmbios e as atividades de fortalecimento de capacidades técnicas são relevantes e respondem positivamente a suas necessidades, e 69% reconheceram a contribuição do Centro para uma maior autonomia dos países no desenho e implementação de políticas e programas de alimentação escolar.

Fontes: [Estadão](#), 07/11/2011; [ONU Brasil](#), 13/11/2017; [CRN5](#), 17/11/2017.

## Primeiro turno das eleições presidenciais no Chile

Em novembro de 2017, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais chilenas. O empresário Sebastián Piñera (Renovação Nacional), candidato que já governou o Chile entre 2010 e 2014, recebeu 36,6% dos votos. Alejandro Guillier (Partido Radical Social Democrata), senador há quatro anos, garantiu, com 22,7% dos votos, a outra vaga do segundo turno, que ocorrerá no dia 17 de dezembro. Mereceu destaque no processo a falha de previsão das pesquisas de intenção de voto. Piñera, que esperava alcançar 45% dos votos, ficou com apenas 36%, o que o prejudica no segundo turno. A diferença entre Piñera e Guillier, que as pesquisas colocavam acima de 20 pontos, ficou em apenas 14 pontos (36% x 22%, respectivamente). Também surpreendeu nas eleições o bom resultado da recém-conformada Frente Ampla e de sua candidatura presidencial, representada por Beatriz Sánchez. Com 20,2% dos votos, Sánchez terá um peso muito grande para a competitividade da candidatura de Guillier, caso a Frente Ampla o apoie no segundo turno, a fim de aumentar sua margem de votos. Outro reconhecimento interessante é o da votação no exterior, realizada pela primeira vez numa eleição chilena. Dos 320 mil chilenos que vivem fora do país, cerca de 39 mil se registraram para votar. Esta eleição teve, no entanto, a abstenção como protagonista. No pleito presidencial de 2013, 51% votaram, uma cifra que já colocava o Chile entre os países com maior redução na participação do eleitorado. Desta vez, contudo, houve uma participação ainda menor: apenas 47% dos eleitores compareceram às urnas. A participação dos eleitores no Chile vinha caindo desde 1993, pouco depois da retomada da democracia, mas foi em 2012 que as cifras de abstenção dispararam, quando o voto passou de obrigatório a voluntário. Em relação às prévias do segundo turno, as pesquisas indicam uma disputa apertada entre Piñera e Guillier, com indicativos de um empate técnico, com Piñera obtendo 39,8% das intenções de voto e Guillier, 37,3%.

Fontes: [El País](#), 19/11/2017; [Gazeta do Povo](#), 21/11/2017; [InfoBae](#), 25/11/2017; [CADEM](#), 27/11/2017.

## Os partidos políticos e a aprovação da Jurisdição Especial para a Paz na Colômbia

Em novembro a imprensa colombiana divulgou as dificuldades de regulamentação da Jurisdição Especial para a Paz (JEP), mecanismo que compõe o cerne do acordo firmado com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Seu objetivo é garantir os direitos das vítimas, a partir da investigação e da punição dos crimes ocorridos durante o conflito armado. Contudo, a JEP se tornou um instrumento de disputa eleitoral, refletindo a polarização política do país. Seu projeto de lei contou com forte oposição, bem como com o absenteísmo dos congressistas, dificultando sua aprovação. Assim, no dia 06 de novembro, após meses de tramitação no Congresso e próximo ao fim do período de vigência do fast track, o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas na Colômbia enviou uma comunicação ao Poder Legislativo solicitando que aprovasse o projeto de lei estatutária da JEP. No dia 14, o presidente Juan Manuel Santos fez um apelo público para que os congressistas se empenhassem na aprovação. Dois dias depois o projeto de lei passou pelo Senado, seguindo para aprovação na Câmara de Representantes. Esta aprovação ocorreu no dia 27 de novembro, porém o projeto sofreu várias modificações, decorrentes dos interesses dos partidos políticos, como o Centro Democrático e o Câmbio Radical. O consenso a que chegaram os partidos políticos trouxe um grande custo ao acordo, visto que requisitos negociados na mesa de conversações em Havana foram modificados, como a imposição de restrições aos magistrados da JEP. A interferência dos partidos nos termos do acordo, que é monitorado pela missão das Nações Unidas no país, ganhou destaque nos jornais colombianos. Andrés Paris, membro diretor das Farc, afirmou que estas modificações implicam uma renegociação do acordo, enquanto jornalistas mencionam que as alterações provocam incertezas que estimulam a deserção de ex-combatentes e a possível filiação a outras guerrilhas. Também foi destacado pela imprensa que os acordos foram feitos para serem cumpridos e não desonrados frente à comunidade internacional e que o atual cenário legislativo está marcado pelo sentimento revanchista dos congressistas que, desde o início, se opuseram ao projeto de lei.



Fontes: [El Espectador](#), 06/11/2017; [Semana](#), 14/11/2017; [El Tiempo](#), 16/11/2017; [El Tiempo](#), 16/11/2017; [Semana](#), 21/11/2017; [Semana](#), 25/11/2017; [El Tiempo](#), 27/11/2017; [Semana](#), 27/11/2017.

## Dívida Externa da Venezuela e fuga de opositor preso agravam crise no país

No dia 14 de novembro, três agências classificadoras de risco declararam a Venezuela em “default” parcial após atraso no pagamento de títulos da dívida da estatal Petróleos de Venezuela (PdVSA). No início do mês, o presidente Nicolás Maduro já havia anunciado o refinanciamento da dívida externa, porém até o momento apenas a Rússia concordou em renegociar parte de seus empréstimos ao país. A crise econômica na Venezuela mostra sinais de agravamento, com a produção de petróleo caindo ao nível mais baixo em 28 anos. Além disso, no dia 21 de novembro, foram presos seis diretores do alto escalão da empresa Citgo, filial estadunidense da PdVSA, por denúncias de corrupção. No dia 26, Nicolás Maduro alterou o comando da PdVSA e do Ministério de Petróleo e Energia, cargos que foram ambos entregues ao Major-General Manuel Quevedo, ampliando o espaço dos militares no governo. Em paralelo a esse processo, ocorreu a fuga do político opositor Antônio Ledezma, que estava em prisão domiciliar desde 2015. Ledezma encontra-se em Madrid, de onde já fez declarações criticando o governo de Maduro. Ele também se posicionou contrário às negociações que estão sendo feitas na República Dominicana entre oposição e governo. Ademais, Ledezma anunciou uma nova frente de oposição, a Soy Venezuela, que se coloca como alternativa à coalizão opositora atual, a Mesa de Unidad Democrática. Ainda, no dia 29 de novembro, Nicolás Maduro foi anunciado como candidato à reeleição no próximo pleito presidencial, a ser realizado em 2018.

Fontes: [El Nacional](#), 03/11/2017; [El Nacional](#), 13/11/2017; [Folha de S. Paulo](#), 15/11/2017; [El País](#), 16/11/2017; [O Globo](#), 21/11/2017; [G1](#), 26/11/2017; [El Nacional](#), 26/11/2017; [El Universal](#), 29/11/2017.

## União Europeia avança em acordos comerciais estratégicos com a América do Sul

As autoridades do Mercosul e da União Europeia (UE) vêm buscando dar um novo impulso às negociações do acordo de livre comércio entre os blocos no últi-

mo mês. As negociações sobre este acordo que datam de 1999, foram interrompidas em 2004 e estão agora sendo retomadas. Em meio a uma nova rodada de negociações, os chanceleres do Mercosul e o comissário da UE para Trabalho, Crescimento, Investimentos e Competitividade se reuniram em Brasília para manifestar apoio político ao acordo. Na ocasião os presidentes sul-americanos entregaram ao representante europeu uma nova proposta integral que inclui além do intercâmbio de bens e serviços, disciplinas relacionadas com normas técnicas e compras públicas. As autoridades presentes também fizeram referência ao atual contexto de inclinação dos países ao protecionismo e ao nacionalismo, ponderando que o Mercosul e a UE pretendiam com o acordo incrementar a abertura comercial, utilizando o multilateralismo como instrumento de prosperidade e paz entre os países. O evento teve como propósito conferir apoio político ao avanço das negociações e promover mais velocidade na resolução das pendências. A expectativa dos governos do Cone Sul é que a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que será sediada em Buenos Aires em dezembro de 2017, sirva para anunciar a conclusão exitosa do convênio entre os blocos. União Europeia e Chile também iniciaram as negociações para modernizar um acordo de associação entre as duas partes que ocorreu em Bruxelas no dia 16 de novembro. O objetivo era atualizar o tratado de livre comércio já existente entre UE e Chile para harmonizar ambições políticas e de cooperação, além de atualizar as disposições comerciais em conformidade com os novos acordos da UE. A segunda rodada de negociação está prevista para o começo de 2018.

Fontes: [Clarín](#), 10/11/2017; [La Nación](#), 10/11/2017; [La Nación](#), 11/11/2017; [Diário Catarinense](#), 13/11/2017.

## Empresas de mídia no centro de impasse diplomático

O mês de novembro foi marcado por mais um capítulo da contenda envolvendo os Estados Unidos e a Rússia no episódio referente à suposta intervenção russa nas eleições estadunidenses. Dessa vez, os pivôs do novo impasse foram empresas de mídia ligadas a ambos os países. Ao final do mês de outubro, a rede social Twitter bloqueou os anúncios dos perfis da agência de comunicação Russia Today e do portal de notícias

Sputnik, devido a acusações envolvendo a eleição de Donald Trump, conforme denúncia da comunidade de inteligência estadunidense. Em pronunciamento no início do mês de novembro, a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, afirmou que tal medida demonstra que o governo dos Estados Unidos possui controle direto sobre as tomadas de decisão de âmbito interno da empresa, convidando todos os usuários da rede social a refletirem sobre o fato. No dia 13 de novembro, uma nova decisão polêmica foi tomada por Washington envolvendo a agência Russia Today: o Departamento de Justiça determinou que o escritório da agência em solo americano fosse registrado como “agente externo”. Na prática, a decisão permite que sejam aplicadas restrições às operações da empresa no país. O governo russo entendeu a medida como uma perseguição, prometendo adotar medidas em retaliação. No dia 15 de novembro, o Congresso russo submeteu à votação uma lei similar àquela estadunidense, que permitiria o governo enquadrar empresas de mídia estrangeiras como agentes externos, impondo restrições à sua atuação. A lei foi aprovada por ampla maioria (409 votos favoráveis de um total de 450 congressistas), contendo emendas que permitem inclusive o bloqueio imediato de sites estrangeiros.

Fontes: [The Guardian](#), 26/10/2017; [Russia Today](#), 26/10/2017; [Tass](#), 02/11/2017; [Tass](#), 09/11/2017; [Tass](#), 10/11/2017; [Tass](#), 15/11/2017; [Russia Today](#), 29/11/2017.

## Turquia, Rússia e Irã discutem saída diplomática para conflito sírio

Em 22 de novembro, os presidentes da Turquia, Rússia e Irã reuniram-se em Sóchi, na Rússia, com o objetivo de debater uma saída diplomática para a guerra civil que assola a Síria, que resultou em mais de 330 mil mortos e em 5 milhões de deslocados desde março de 2011. Esse encontro ocorreu em um momento de intensificação dos contatos entre os Estados visando articular politicamente suas posições com relação às negociações da questão síria sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, em 28 de novembro. Os três países são os apoiadores do Acordo de Astana, assinado em setembro de 2017 no Cazaquistão, que estabeleceu zonas de cessar-fogo entre as partes, a fim de criar as condições para um acordo político que ponha fim definitivo ao conflito. Destaca-se que o governo turco não aceitou a presença de grupos curdos – como as Unidades de Proteção do Povo (YPG) e o Partido da União Democrática

(PYD) – na reunião de Sóchi, assim como vetou a participação deles em futuros encontros do processo de negociação de paz para a Síria. Além disso, na véspera da reunião, o presidente russo, Vladimir Putin, recebeu o presidente sírio, Bashar al-Assad, para discutir a mesma temática e informou que al-Assad está comprometido com o processo de paz. Ao final do encontro, os líderes da Turquia, Rússia e Irã apoiaram a convocação de um congresso do povo sírio, a ser realizado também em Sóchi, como um dos primeiros passos para estabelecer um diálogo nacional inclusivo. Segundo a proposta, o congresso deve contar com grupos e partidos políticos sírios, inclusive da oposição, e examinaria questões-chave na agenda nacional do país visando a elaboração de um quadro para a futura estrutura do estado, a adoção de uma nova constituição e, com base nisso, a realização de eleições sob a supervisão da ONU. Além disso, os três presidentes instruíram seus diplomatas e entidades de defesa e segurança a trabalharem na composição e em uma data para o congresso.

Fontes: [EBC](#) 19/11/2017; [Valor Econômico](#) 20/11/2017; [Sputnik](#) 22/11/2017; [Estadão](#) 22/11/2017; [G1](#) 22/11/2017; [Istoé](#) 22/11/2017; [Observador](#) 22/11/2017; [Terra](#) 22/11/2017; [Deutsche Welle](#) 23/11/2017; [Voz da Turquia](#) 24/11/2017.

## Turquia sedia a Exposição Global sobre Cooperação Sul-Sul

Entre os dias 27 e 30 de novembro realizou-se na Turquia, na cidade de Antalya, capital da província com o mesmo nome, a Expo Global sobre Cooperação Sul-Sul (CSS), evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento serve como um espaço de diálogo de fornecimento de informações e troca de conhecimentos com vistas a buscar soluções para os problemas do Sul. O encontro tem como tema central “A Cooperação Sul-Sul na era da Transformação Econômica, Social e Meio Ambiental: A Caminho do 40º Aniversário da Adoção do Plano de Ação de Buenos Aires PABA+40”. Os participantes debateram, entre outros temas, as parcerias sobre alterações climáticas, consolidação da paz, envolvimento do setor privado, ciência, tecnologia e inovação. O resultado mais expressivo do encontro foi a convergência alcançada em relação ao esforço de ajustar a CSS às metas do desenvolvimento sustentável, evitando parcerias de escala agressiva ao meio ambiente. O enviado do secretário-geral sobre a CSS, Jorge Chediek, afirmou, na ocasião, que o evento pode se transformar num grande impulso para a colaboração

em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e afirmou que: “a Expo representa uma excelente oportunidade para gerar novas trocas, experiências, desenvolver novas parcerias. A CSS é um elemento-chave para atingir os resultados da Agenda 2030, do Acordo de Paris, então nós realmente confiamos que a Expo vai ser muito importante em avançar esta modalidade de cooperação”.

Fontes: [Secretaria General Ibero-Americana](#), 27/11/2017; [UOL Notícias](#), 27/11/2017; [JornalFloripa](#), 28/11/2017; [Prensa Latina](#), 30/11/2017.

## **Cazaquistão realiza Simpósio sobre a Cooperação e o Desenvolvimento com a África**

Entre os dias 14 e 18 de novembro, realizou-se em Astana, capital de Cazaquistão, Simpósio de Promoção da Cooperação Sul-Sul (CSS) entre o país sede e o continente africano, que também contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O intercâmbio sobre a diversificação econômica e industrialização em África, de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), reuniu participantes de alto nível de 43 governos africanos e centros de pesquisa, bem como representantes do próprio Cazaquistão. Considerado um país de renda média pelo Banco Mundial, o Cazaquistão reduziu o nível de pobreza de 40%, na década de 1990, para menos de 3% atualmente. Essa experiência do Cazaquistão em como usar os abundantes recursos naturais a fim de diversificar a economia pode gerar aprendizados para países africanos. Políticas de cooperação Sul-Sul do Cazaquistão são baseadas em áreas que o país tem experiência doméstica, como mineração, agricultura, energia sustentável, tecnologia internacional e indústrias de petróleo e gás. Embora tenha optado por uma articulação de natureza multilateral para se lançar definitivamente ao continente africano, o país não descarta políticas no âmbito bilateral, conforme a declaração proferida ao longo do simpósio. É importante ressaltar que, muito além de interesses comerciais com a África, o Cazaquistão aproximou-se politicamente dos países africanos, como indica a quantidade de votos recebida de países daquele continente na eleição para um dos assentos do Conselho de Segurança da ONU, em 2016.

Fontes: [JornalFloripa](#), 14/11/2017; [UOL Notícias](#), 14/11/2017; [Kazinform](#), 15/11/2017; [The Astana Times](#), 15/11/2017; [Agência EFE](#), 30/11/2017.

## **Em meio ao avanço conservador global, COP23 atinge vitórias modestas**

Foi realizada entre os dias 06 e 13 de novembro, a 23ª Conferência entre as Partes (COP23), na cidade de Bonn, na Alemanha. Essa foi a primeira reunião de grande proporção, após a decisão dos EUA de retirarem-se do Acordo de Paris. Para a COP23, era esperado que os países chegassem a um acordo sobre regras de conduta – uma espécie de “livro de regras” – e compromisso com novas metas para a prevenção do aquecimento global. A retomada do diálogo foi muito comemorada por líderes de governo e por ativistas, pois sugere que a posição estadunidense não foi seguida por outros países. Todavia, as metas propostas por cada país foram pouco ambiciosas. 20 países (principalmente europeus, além do México e do Canadá) anunciaram que pretendem deixar de usar carvão como fonte energética. Além desses, alguns estados federativos estadunidenses também se juntaram à aliança global contra o carvão, sugerindo que a política de Trump está sendo isolada domesticamente e internacionalmente. Com isso, o presidente francês, Emmanuel Macron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, defendem abertamente uma nova liderança europeia no regime de mudanças climáticas, em substituição do papel dos EUA – embora a Alemanha tenha se recusado a abolir o uso de carvão.

Fontes: [DW](#), 15/11/2017; [RFI](#), 16/11/2017; [IISD](#), 17/11/2017; [G1](#), 18/11/2017; [Exame](#), 18/11/2017.

## **Defensores de direitos humanos e minorias ameaçadas**

O exército de Myanmar continua cometendo diversas violações de direitos humanos contra o povo rohingya, no que vem sendo chamado por organizações internacionais de limpeza étnica. Desde agosto de 2017, já foram destruídas mais de 288 aldeias rohingya, e mais de 600 mil muçulmanos desta etnia fugiram para Bangladesh na intenção de escapar dos estupros em massa, torturas e assassinatos que vem sendo cometidos contra este povo. A Human Rights Watch classificou esses ataques como crimes contra a humanidade. Violações de direitos humanos no continente Americano também vem preocupando autoridades internacionais. O alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Zeid Ra’ad Al Hussein, alerta que nos últimos anos cresceu o ataque a defensores de direitos humanos e líderes comunitários no continente, que estão sofrendo prisões arbitrárias,



tortura e ataques mortais. Em 2016, três em cada quatro assassinatos de defensores dos direitos humanos aconteceram no continente americano. Dentre eles, 41% eram pessoas que lutavam pelos direitos indígenas, direito à terra e se opunham a projetos extrativistas. Devido a isto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) juntamente com Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) lançou, no dia 25 de novembro, um plano de cooperação afim de criar mecanismos para proteger estes defensores. O caso mais preocupante é o da Colômbia, onde tem se registrado um elevado número de mortes contra líderes indígenas e afro-colombianos. No ano de 2017 foram registradas 78 mortes de membros de organizações sociais no país. Apesar dos esforços para promover acordos de paz e do abandono da luta armada por alguns grupos, essas mortes ocorreram principalmente em áreas anteriormente ocupadas pelas FARC. A Colômbia está em segundo lugar no ranking de países mais peticionados na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Na Europa, o crescimento de movimentos neofacistas na Polônia tem preocupado a União Europeia (UE). No dia 11 de novembro, pelo menos 60 mil pessoas participaram de uma marcha de grupos neofacistas e de extrema-direita em Varsóvia. O ato, que aconteceu no dia da celebração da independência da Polônia, foi marcado por manifestações de movimentos de supremacia branca, xenófobos e antisemitas.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 05/11/2017; [O Povo](#), 11/11/2017; [Human Rights Watch](#), 16/11/2017; [Istoé](#), 17/11/2017; [Independent](#), 21/11/2017; [Business Insider](#) 22/11/2017; [ONU](#), 27/11/2017; [Agência Brasil](#), 27/11/2017.

## Venda de migrantes como escravos na Líbia

No mês de novembro, a rede CNN divulgou um vídeo em que pessoas são vendidas como escravas em diversas cidades na Líbia. Desde 2016 o país é a principal rota para migrantes africanos que buscam a Europa como destino. Esta situação incrementou a ação de grupos milicianos que vendem os migrantes como mercadoria em pelo menos nove cidades líbias, incluindo a capital Trípoli. São diversas as razões que contribuem para esta realidade, desde as políticas migratórias europeias que objetivam limitar o número de acolhimento de pessoas de origem africana- como por exemplo o acordo milionário assinado entre Itália e Líbia, no mês de fevereiro de 2017, com o obje-

tivo de interceptar migrantes antes que cheguem em águas italianas- até a instabilidade política na Líbia, que abriu uma lacuna na segurança do país permitindo a atuação do Estado Islâmico. Antônio Guterres, secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), declarou que não há espaço para a escravidão no mundo, e que esta é uma das piores violações dos direitos humanos. O vice primeiro ministro da Líbia, reconhecido pela ONU, Ahmed Metig, informou que irá investigar a situação. A França solicitou reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Os presidentes de Burkina Faso e Níger convocaram os embaixadores líbios em seus países para consulta. Mahamadou Issoufou, presidente do Níger, solicitou também investigação do Tribunal Penal Internacional. A ministra de Exteriores ruandesa, Louise Mushikiwabo, declarou que Ruanda receberá até 30 mil indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade na Líbia. Mushikiwabo informou também a respeito de um acordo que está sendo desenhado com Israel para o recebimento de 10 mil migrantes que estejam em território líbio. A Costa do Marfim decidiu repatriar 155 migrantes que estavam em um centro de detenção na cidade de Zouara, no oeste da Líbia. A sociedade civil também se manifestou, no dia 25 de novembro em torno de 1000 pessoas saíram às ruas parisienses sob o lema “não à escravidão na Líbia”, no dia seguinte cerca de 70 pessoas foram detidas na Bélgica após protestos contra a condição de vida e venda de migrantes na Líbia. Em razão de debates da V Cúpula da União Europeia e União Africana, entre os dias 29 e 30 de novembro na Costa do Marfim, foi organizada uma força tarefa em conjunto com a ONU e Organização Internacional de Migração (OIM), coordenada por autoridades da Líbia, para repatriação voluntária de imigrantes e realocação de solicitantes de refúgio.

Fontes: [El Periódico](#), 01/11/2017; [DN](#), 15/11/2017; [El Universo](#), 20/11/2017; [Reuters](#), 20/11/2017; [Carta Capital](#), 21/11/2017; [Daily Sabah](#), 22/11/2017; [DW](#), 23/11/2017; [El País](#), 23/11/2017; [Huffpost](#), 23/11/2017; [Aljazeera](#), 26/11/2017; [La Radio del Sur](#), 26/11/2017; [África Fundación Sur](#), 27/11/2017; [La Radio del Sur](#), 27/11/2017.

## A desigualdade de gênero no mundo

Em 02 de novembro foi publicado o Relatório “Global Gender Gap”, produzido pelo Fórum Econômico Mundial, referente à pesquisa anual sobre desigualdade de gênero em 144 países e com avaliação de dados com relação ao mercado de trabalho, educação, saúde e política. Nessa ponderação, a nota máxima que

cada país poderia obter nas categorias mencionadas é 1, o que representa igualdade de gênero. No nível global, o relatório constatou que a Europa Ocidental é a região com maior igualdade entre homens e mulheres nas áreas avaliadas, obtendo uma desigualdade de gênero de 25%. Em seguida, América do Norte (28%), Europa Oriental e Ásia Central (29%), América Latina e Caribe (29,8%), Leste Asiático e Pacífico (31,7%), África Subsaariana (32,4%), Ásia do Sul (34%), Oriente Médio e África do Norte (40%, aproximadamente). Na avaliação, os resultados do Brasil chamaram atenção, pois o país caiu 11 posições em relação ao ano de 2016. Dos países latinos e caribenhos, o Brasil (90º) está à frente somente do Paraguai (96º) e da Guatemala (110º) e na pior posição desde 2011, primeiro ano de governo de Dilma Rousseff. Essa redução brasileira no ranking se deve à, principalmente, queda da participação de mulheres na política, reforçada com a saída de Rousseff do cargo, o que fez com que o país se encontrasse na 134º lugar, com apenas duas mulheres no alto escalão do governo. No entanto, na área da educação se destacou, subindo da 42ª posição para a 1ª, dividindo essa colocação com 26 países, o que representa maior paridade de gênero no acesso ao ensino de níveis básico e superior. Os países melhores colocados no ranking foram: Islândia, Noruega, Finlândia, Ruanda, Suécia, Nicarágua, Eslovênia, Irlanda, Nova Zelândia, Filipinas. O relatório foi divulgado por jornais de diversos países. Na Índia, o *The Hindu*, ressaltou que, tal como o Brasil, a Índia caiu 21 posições no ranking, devido à baixa ocupação de mulheres indianas na economia e salários inferiores, principalmente. Na África do Sul, o *Business Report* destacou, em 04 de novembro, o avanço da África Subsaariana nessa temática, uma vez que a região apresentou três países entre os vinte melhores classificados: Ruanda (4º), Namíbia (13º) e África do Sul (19º), no entanto, também acrescentou que dos 30 países da região analisados no ano de 2017, 13 aumentaram a pontuação total, enquanto 17 diminuíram, o que demonstra um esforço de determinados países para cumprir com a agenda da igualdade de gênero, desafio que ainda deve ser percorrido por outros.

Fontes: [The Global Gender Gap Report](#), 02/11/2017; [The Hindu](#), 02/11/2017; [Business Report](#), 04/11/2017.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

